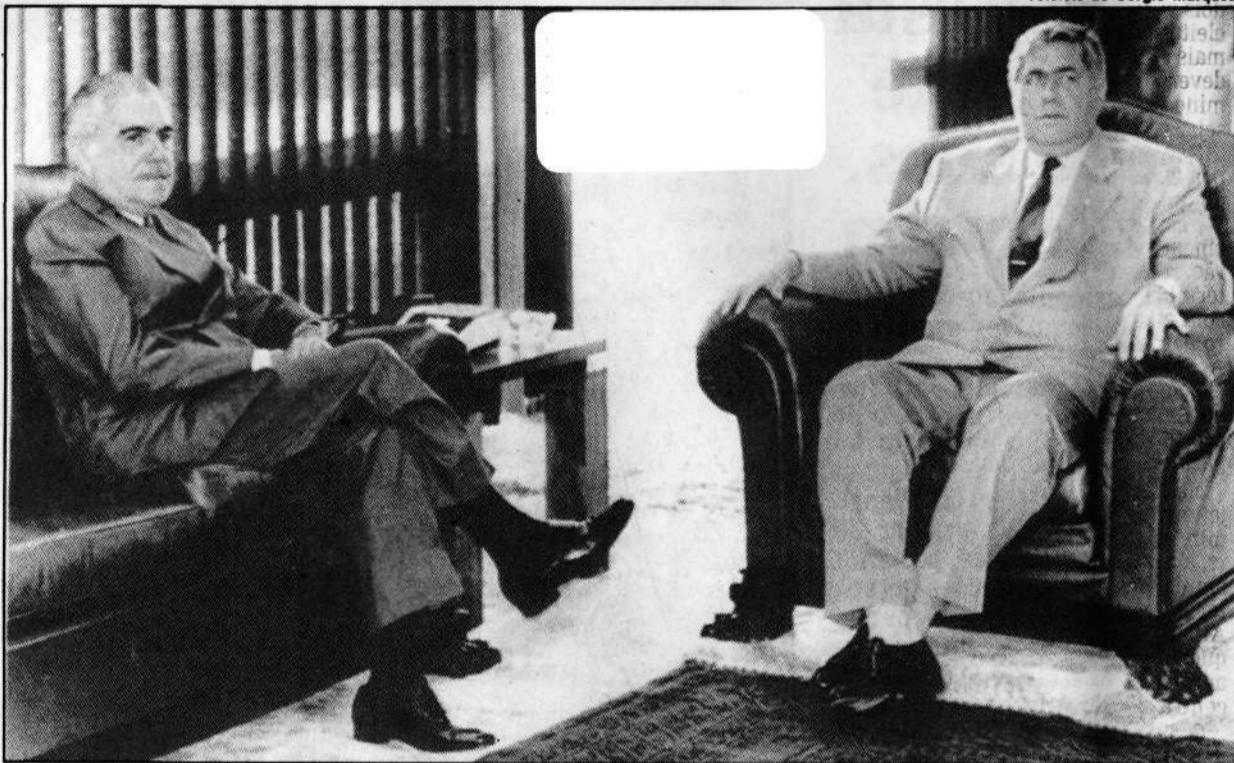


# Newton: Presidente acredita na aprovação dos cinco anos

Telefoto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — A expectativa de que a Assembléia Nacional Constituinte aprove o mandato de cinco anos foi manifestada pelo Presidente José Sarney ao Governador de Minas, Newton Cardoso, recebido em audiência no Palácio do Planalto, na manhã de ontem. Newton disse que o otimismo de Sarney se deve à crença de que os Constituintes signatários da emenda Matheus Iensen (PMDB-PR) — que propõe cinco anos de mandato para o Presidente e tem o apoio dos 317 parlamentares que a assinaram, dos quais 169 do PMDB — “não desonrarão suas assinaturas”.

O Governador disse também que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, acredita numa vitória do sistema presidencialista de governo por larga margem de votos. Essa avaliação, segundo ele, foi feita por Ulysses em conversa que tiveram na noite de segunda-feira, na residência oficial da Presidência da Câmara.



O Presidente Sarney e o Governador Newton Cardoso ontem, no Palácio do Planalto, durante a audiência

## Sistema misto já é negociado

BRASÍLIA — Os presidencialistas começaram a admitir, na prática, a adoção do sistema misto de governo, ao discutirem uma emenda negociada que inclui a figura do Primeiro-Ministro na proposta que apresentaram ao projeto de Constituição. Em reunião realizada ontem, eles decidiram desvincular o mandato do Presidente do sistema de governo, assegurando ao Congresso a prerrogativa do voto de censura individual a Ministros de Estado.

A emenda coletiva dos presidencialistas tem preferência automática

de votação por ter conseguido 353 assinaturas, mas eles decidiram utilizar o instituto da fusão, na busca de um texto que contemple outras 15 emendas que alteram o sistema aprovado pela Sistematização. Para que o relator do bloco, Senador Marco Maciel (PFL-PE), possa concluir a emenda final resultante da fusão, parlamentaristas e presidencialistas estão sendo consultados.

A proposta, subscrita pelo Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), prevê poderes de Chefe de Governo e de Estado ao Presidente da República,

reservando ao Primeiro-Ministro a função de coordenador do Conselho de Ministros e de interlocutor junto ao Legislativo. Cria ainda o voto de censura coletivo que afasta o Primeiro-Ministro, mas não impede que o Presidente mantenha seus auxiliares diretos. A maioria dos presidencialistas prefere o voto de censura individual, extensivo aos Ministros militares, mas admite o Primeiro-Ministro, indicado pelo Presidente.

Segundo o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a fusão de emendas que propõe

o sistema misto só deverá ser adotada se acrescentar pelo menos 20 a 30 votos a favor do presidencialismo.

O PT, que pretende votar em bloco no presidencialismo, ameaça retirar o apoio de sua bancada se o sistema não for puro.

Mas o PDT, através do Deputado Vivaldo Barbosa (RJ), prefere uma solução negociada, apesar de apresentar números que dão ampla margem de vitória ao presidencialismo. O placar de hoje, segundo ele, revela uma maioria de quase 60 votos a favor do presidencialismo.

### Aureliano garante fidelidade ao Planalto

PORTO ALEGRE — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, avisou ontem que, se o rompimento com o Presidente José Sarney é condição *sine qua non* para sua candidatura à Presidência da República, não será candidato nunca. Ele argumentou que a discussão do tema agora criaria dificuldades para o encerramento da votação da nova Constituição. A declaração foi feita durante almoço na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Aureliano não quis comentar se poderá ocorrer um entendimento para ter Antônio Ermírio de Moraes como candidato a Vice-Presidente em sua chapa. Negou que tenham chegado a marcar um encontro para debater o assunto, afirmando que havia apenas uma expectativa nesse sentido. Para ele, é preciso dar prioridade à Constituinte.

O Ministro descartou a hipótese de romper com o Governo para se lançar como candidato, lembrando que, se esteve ao lado de Sarney no auge de sua popularidade, não seria agora, momento em que o Presidente passa dificuldades, que tomaria essa atitude. Aureliano Chaves disse ain-

da ter responsabilidade pela formação da Nova República. Por isso, acha que deve arcar com o seu ônus até o fim.

Ele esclareceu que, antes de mais nada, não admite o rompimento como um instrumento de sua possível candidatura. Ao discursar na Fiergs durante cerca de 45 minutos, o Ministro procurou alertar os empresários para o emocionalismo que, em sua opinião, “vem contaminando a Nação”.

Aureliano chamou a atenção para o fato de que o sentimento de unidade que historicamente tem dominado o Brasil começa a escassear. Com isso, o País estaria ameaçado de “deixar de ser uma nação para se transformar em uma corporação”. O Ministro afirmou que, desde o Plano Cruzado, um “perigoso emocionalismo contamina o Brasil”. Segundo ele, esse quadro é tão acentuado que há, na Constituinte, uma série de dispositivos que deveria ser objeto de lei complementar ou ordinária.

— As maiorias ocasionais não podem fazer prevalecer suas posições na Constituinte, mas sim nas leis ordinárias, porque amanhã poderão não ser mais maiorias — afirmou.

### Álvaro defende eleição geral caso mude sistema de governo

O Governador do Paraná, Álvaro Dias, defendeu ontem, “em nome da isenção e da dignidade”, a renúncia coletiva dos 559 Constituintes e a convocação de eleições gerais caso seja aprovado o parlamentarismo.

Falando a 250 empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ele reafirmou ser favorável a um mandato de cinco anos para Sarney e um sistema misto de governo que preserve a autoridade do Presidente da República. Dias foi aplaudido diversas vezes, principalmente quando defendeu o “enxugamento” da máquina burocrática, o fim do fisiologismo e a valorização da competência como critério de preenchimento dos cargos públicos.

Para Álvaro Dias, “a tese simplistica que indica as eleições como um remédio imediato para a crise” está se inviabilizando naturalmente. Segundo ele, não há



Álvaro: Cinco anos para Sarney

tempo hábil para a realização de eleições presidenciais este ano.

— Fazer mergulhar o País num processo de disputa eleitoral antes de se definir o essencial, que é o regime, e de consolidar as instituições que necessariamente terão de ordenar esse processo, significa, quando menos, irresponsabilidade.